



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000251-30.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Marcos Ant Arthur Junior Sao Carlos ME**
 Requerido: **'Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

MARCOS ANTONIO ARTHUR JUNIOR SÃO CARLOS - ME move ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**. O réu lançou contra o autor IPVAs de três veículos que, entretanto, haviam sido previamente alienados a terceiros, de modo que o autor não é contribuinte. O réu, além do lançamento, ainda protestou as CDAs respectivas, causando dano moral ao autor. Sob tais fundamentos, pede (a) a sustação dos protestos, inclusive liminarmente (b) a condenação do réu na obrigação de transferir a responsabilidade pelos pagamentos do IPVA dos referidos veículos aos novos proprietários.

A liminar foi concedida em parte (fls. 27/29).

O réu contestou (fls. 48/71) sustentando que a autora não comunicou a venda ao órgão de trânsito, o que atrai a sua responsabilidade tributária.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, vez que a matéria controvertida é exclusivamente de direito, prescindindo da produção de outras provas (art. 330, I, CPC).

O autor não é contribuinte, mas é responsável tributário pelo IPVA dos veículos indicados na inicial.

Quanto aos veículos indicados nos impressos de fls. 14 e 23, observamos que ainda estão em nome de proprietário anterior ao próprio autor, e tal proprietário comunicou ao órgão de trânsito, na forma do art. 134 do CTB, a venda efetuada posteriormente ao autor, o que ensejou os lançamentos posteriores, de modo absolutamente regular e legítimo, a este. Vemos que a comunicação indica o autor como comprador pelo CNPJ indicado nesses impressos. O autor, porém, não efetuou a comunicação necessária ao órgão de trânsito, na sequência, após ter alienado tais veículos a terceiros. A ausência de sua comunicação traz-lhe a responsabilidade.

Quanto ao veículo indicado no impresso de fls. 17, observamos que o autor comunicou a venda efetuada a terceiro adquirente. Todavia, somente fez tal comunicação em 14/12/2013 (data do protocolo, indicado nesse impresso). De maneira que o autor é responsável, pelas razões mais à frente vistas, pelos IPVAs até 2013. De 2014 em diante não. Mas os protestos que há nos autos em relação a esse veículo, 18, 19, 20, são de 2011, 2012 e 2013. Lançamentos corretos, pois.

Enquanto o alienante não comunica ao órgão de trânsito a venda efetuada, como exige o art. 134 do CTB, é responsável pelo IPVA.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresse a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

Saliente-se que o fato de ter sido anotada no Cadastro Fenaseg a existência de uma intenção de gravame indicando terceiro como financiado não supre a ausência da comunicação feita pelo vendedor, por duas razões. Uma, por questão de legalidade, já que, pela lei, a comunicação - obrigação acessória - feita pela parte autora é o ato que poderia desobrigá-la. Outra, porque a anotação não indica os dados necessários para que a administração tributária possa lançar o IPVA ao financiado: são dados incompletos e que não viabilizam o lançamento tributário.

Sobre a questão, o TJSP: "DECLARATÓRIA. SÃO CARLOS. IPVA, DPVAT E OUTRAS TAXAS. ALIENAÇÃO À REVENDEDORA DE AUTOMÓVEIS. ALIENAÇÃO DESTA A TERCEIRO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DETRAN. ART. 134 DO CBT. ART. 4º III DA L.E. Nº 6.606/09 E 6º II DA LE Nº 13.296/08. 1. Alienação. Revendedora. Responsabilidade. A Portaria DETRAN nº 1606/05 dispensou a revendedora de veículos de obter novo CRV em caso de aquisição de veículo para revenda, mas manteve a obrigação do cumprimento do art. 134 do CTB (dever de comunicar ao DETRAN a transferência do veículo) em caso de venda a terceiro. Omissão configurada. 2. IPVA. Responsabilidade. O proprietário que alienar o veículo e não comunicar a ocorrência ao órgão público encarregado do registro e licenciamento, inscrição ou matrícula, é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA nos termos do inciso III do art. 4º da LE nº 6.606/89 e art. 6º, II da LE nº 13.296/08. Precedentes. Solidariedade prevista nos art. 124 II e 128 do CTN. 3. IPVA. Alienação. A venda civil não pode ser oposta à administração tributária se descumprida a obrigação acessória da comunicação, nos termos do art. 123 do CTN; **o simples bloqueio administrativo ou a anotação de alienação fiduciária igualmente não surtem o mesmo efeito, pois desconformes ao regulamento e sem os dados necessários ao lançamento do tributo. A comunicação não surte efeito retroativo e não invalida os lançamentos feitos antes dela.** Improcedência. Recurso do autor desprovido". (Ap. 1002402-03.2014.8.26.0566, Rel. Torres de Carvalho, 10ª Câmara de Direito Público, j. 06/10/2014)

Assim, resulta legítimo o lançamento e é legal o protesto, este último efetivado com base no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492/97, inserido pela Lei nº 12.767/12.

Por fim, observe-se que não cabe a condenação do réu na obrigação de transferir o IPVA ao nome das pessoas indicadas na inicial, vez que, no caso concreto, não alegou o autor a impossibilidade de provocar tal transferência administrativamente, por meio da comunicação ao órgão de trânsito que, aliás, em relação ao veículo de fls. 17, inclusive efetuou, ainda que com atraso.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo improcedente a ação, revogando a liminar concedida, condenando a parte autora em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados por equidade em R\$ 1.000,00.

Oficie-se para a revigoração do protesto.

P.R.I.

São Carlos, 29 de abril de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**